

POLÍTICAS PÚBLICAS E A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO.

Bernarda Elane Madureira Lopes¹
Cristiana Fonseca de Castro Oliveira²

Introdução

Este estudo busca compreender a evasão escolar no Ensino Médio regular noturno, tendo em vista a complexidade e natureza multiforme desse fenômeno, e o contexto histórico, social, econômico e político ao qual estão inseridos os alunos dessa etapa. À vista disso, há a análise das mediações entre as intermitências das políticas públicas educacionais para o Ensino Médio e a perpetuação da evasão escolar. Tendo como foco de estudo a evasão escolar, apresenta-se, como objetivo geral, compreender os fatores que contribuem para a evasão escolar no Ensino Médio regular noturno em escolas públicas do município de Montes Claros/MG, no período entre 2010 e 2013, analisando o universo escolar em interface com o contexto, social, econômico e político nas dimensões macrossociais e microsociais. Esse estudo consiste numa investigação qualitativa, estruturou-se como um Estudo de Caso, utilizando-se das técnicas: entrevista com alunos evadidos, questionário com professores, caderno de campo e análise de documentos. A coleta dessas informações foi submetida à análise de conteúdo para a construção dos resultados deste estudo. Os dados coletados foram analisados à luz de contribuições teóricas relativas às políticas públicas educacionais para o Ensino Médio, e de autores que conceituam a evasão escolar e discutem a condição juvenil nessa faixa etária.

A situação do ensino médio no contexto brasileiro e as políticas educacionais para essa etapa.

Nas últimas décadas, o Ensino Médio recebeu atenção específica das políticas públicas, isso por intermédio da Lei de Diretrizes e Bases (9394/96) que expandiu a obrigatoriedade

¹ Doutorado em Educação; Professora da FAE/UEMG; elanemadureira@yahoo.com.br

² Mestrado em Educação; Professora da FAE/UEMG; cfonsecadecastrooliveira@gmail.com

e gratuidade da educação até os 17 anos. Pode-se inferir que essa mudança foi uma grande conquista para os brasileiros que tiveram, garantido por Lei, o acesso a essa educação.

Logo, foram concretizados alguns avanços, visto que as disposições gerais no art. 22 apontam que a Educação Básica tem por finalidade “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (BRASIL, 2010, p. 20) Mesmo diante dos problemas e dificuldades para a efetivação dessa finalidade, tem-se de admitir que a garantia do Ensino Médio como parte integrante da Educação Básica representa um marco histórico para as parcelas menos favorecidas da população brasileira, e, consequentemente, excluídas da escolarização ao longo dos anos.

A LDB (9394/96) prevê, para toda a Educação Básica, incluindo o Ensino Médio, uma carga horária mínima de 800 horas³, e, no mínimo, 200 dias letivos com um efetivo trabalho escolar. Destaca-se que essa modalidade de ensino, segundo o art. 35 da referida Lei, configura a etapa final da Educação Básica com duração mínima de 3 anos e possui como finalidade:

- I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 2010, p. 28)

³ Com a aprovação da Lei nº 13.415/2017 a carga horária mínima para o Ensino Médio foi alterada, segundo o § 1º da referida Lei, “A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada de forma progressiva, no Ensino Médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017”.

O artigo supracitado garante a possível continuação dos estudos tanto para os concluintes do Ensino Fundamental quanto para aqueles que, por algum motivo, abandonaram a escola, dando a oportunidade, aos concluintes, de receberem uma formação que valorize a pessoa humana como cidadão, como também, dando a oportunidade de receber formação básica para o mercado de trabalho.

Contudo, o fato de ser garantido por Lei não assegura a qualidade, o acesso e a permanência dos alunos na escola; nesse sentido, tal etapa de ensino tem sido motivo de discussões, visto que apresenta, ao longo dos anos, grandes desafios e dificuldades com relação ao acesso, à permanência e à conclusão. Esse cenário tem exigido das políticas e das metodologias de ensino novas tomadas de decisões e novas posturas diante dos desafios apresentados, isso com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e evitar a evasão dos alunos.

O que se percebe, ao longo da história do Ensino Médio, é que o fato que tem causado sérios obstáculos a essa etapa de escolarização é a criação e revogação de políticas públicas educacionais que por mais que sejam importantes e significativas, são extintas com a mudança de governo. Assim, a descontinuidade desfavorece alunos e professores no processo de ensino-aprendizagem e se torna um problema recorrente não só em Minas Gerais, mas em quase todos os Estados brasileiros.

A exemplo disso pode-se citar a nova lei do Ensino Médio, que ao ser encaminhada para ao Congresso Nacional em setembro de 2016, teve como propósito a reestruturação do Ensino Médio. As mudanças propostas, por essa MP, provocaram discussões e mobilizações pelo país como, por exemplo, o dos profissionais da escola básica. Dentre as metas dessa reforma estavam a proposta de alteração da estrutura do Ensino Médio, através do aumento da carga horária mínima anual progressiva para 1.400 horas e a instituição de escolas de Tempo Integral.

A evasão escolar é um fenômeno que atinge todos os níveis da educação, e possui uma natureza multiforme (DORE, 2013) visto que se manifesta de várias maneiras ao longo

da vida escolar, e, quando se trata do Ensino Médio regular noturno, a questão se agrava, influenciada pelo percurso histórico de fracasso escolar dos alunos, o que constitui um dos grandes desafios para as políticas públicas educacionais no país.

Por conseguinte, as críticas e análises sobre a evasão no Ensino Médio têm sido veementemente pautadas nos baixos resultados apresentadas nas avaliações sistêmicas, as quais demonstram o alto índice de repetência e abandono no Ensino Médio público; embora tenha acontecido uma ampliação do acesso ao Ensino Médio, isso não é garantia de aprendizagem e permanência dos alunos na escola. Pode-se afirmar que há falta de políticas públicas educacionais específicas para o incentivo e permanência do aluno na escola com qualidade de ensino, e quando são criadas, são intermitentes, sendo extintas a cada novo governo, sem ser considerada sua eficácia e valor positivo na vida dos alunos.

Ao se considerar a complexidade da evasão escolar, é importante compreender que esse não é um fenômeno isolado, já que faz parte de um processo maior que é o fracasso escolar. Nesse viés, não se pode fazer do aluno o centro do fracasso escolar, pois tal responsabilidade é atribuída a todos os envolvidos na educação como o Estado, a família, a comunidade escolar (professores, funcionários, pais e alunos), o sistema educacional, as políticas públicas, e as condições sociais e econômicas da sociedade da qual faz parte o educando.

No fracasso escolar, para Patto (2010), estão envolvidos vários aspectos como os funcionais e estruturais do sistema de ensino, como também concepções de trabalho, de ensino, além disso, preconceitos e estereótipos sobre a clientela considerada mais carente. Ademais, como os alunos do Ensino Médio das escolas públicas, na sua maioria, são oriundos das classes populares, a evasão passa a ser mais séria, haja vista que inviabiliza a continuidade dos estudos, fato que priva o aluno, dessa faixa etária, de ter mais chances de cursar o Ensino Superior ou de se inserir no mercado de trabalho.

Nesse sentido o Ensino Médio apresenta-se como um dos grandes desafios das políticas públicas educacionais no que se refere ao desempenho escolar dos alunos, e, em especial,

quando se trata da evasão escolar nessa etapa. Assim, a evasão escolar é um problema que tem atingido e interrompido a formação dos jovens brasileiros de forma temporária ou definitiva.

Segundo Azevedo e Reis (2013), esses fatores referentes à evasão têm gerado uma discussão ligada, na maioria das vezes, aos resultados quantitativos de aprendizagem, os quais têm demonstrado alto índice de repetência e abandono no Ensino Médio público, como afirmam os autores:

O Ensino Médio, como etapa final da Educação Básica, tem sido o foco permanente de discussões, reflexões e problematizações no âmbito da mídia, dos círculos acadêmicos, das organizações econômicas e em diversos espaços da sociedade. Isso se deve, em grande parte, ao histórico quadro de fracasso escolar que essa etapa da educação formal tem conservado ao longo das últimas décadas. O problema do Ensino Médio, historicamente constatado, é hoje um dos principais desafios para as políticas educacionais, em função das perdas materiais e humanas determinadas pelos baixos resultados alcançados. Sua colocação como etapa obrigatória da Educação Básica, dos 15 aos 17 anos, torna ainda mais complexa a constituição de políticas necessárias como resposta a suas demandas (AZEVEDO; REIS, 2013, p. 28).

Conforme os autores, embora tenha acontecido uma ampliação do acesso ao Ensino Médio, isso não é garantia de aprendizagem e permanência dos alunos nessa etapa, já que vários são os problemas enfrentados pelos estudantes oriundos, na sua grande maioria, de camadas populares menos favorecidas.

Nesse contexto, investigar a evasão escolar no Ensino Médio implica compreender questões históricas, sociais e econômicas dos alunos envolvidos, pois essa história deve ser enxergada como parte de uma totalidade, visto que segundo Frigotto e Ciavatta (2011):

Qualquer que seja o objeto de análise no campo das ciências humanas e sociais que se queira tratar no plano da historicidade, vale dizer, no campo das contradições, mediações e determinações que o constituem, implica necessariamente tomá-lo na relação inseparável entre o plano estrutural e o conjuntural. Por outra parte, implica tomar o objeto de análise não como um fator isolado ou soma de fatores, mas através das

mediações que o constituem como parte de uma totalidade histórica.(FRIGOTTO;CIAVATTA, 2011, p. 621)

Dessa maneira, o Ensino Médio não pode ser discutido isoladamente, ou seja, a política, as ideologias e concepções relativas à educação, nessa etapa, somente terão sentido se analisadas no conjunto das relações sociais inseridas em um determinado contexto histórico.

Para que se possa compreender melhor o problema da evasão escolar no Ensino Médio, e, em especial o Ensino Médio regular noturno, é necessário apresentar, neste estudo, mesmo que em linhas gerais, uma análise dos fatores sociais, políticos e econômicos que determinaram a história da educação brasileira. Sabe-se que as mudanças e os acontecimentos ocorridos nesse percurso histórico e social pelo qual passou a sociedade, e, em consequência, a educação brasileira, não se apresentam de forma isolada, visto que fazem parte de uma totalidade. Segundo Lowy (1991), é impossível entender o desenvolvimento de uma ideia, “desvinculada ao processo de desenvolvimento das classes sociais, da história, da economia política.” (LOWY, 1991, p. 16). A partir dessa análise, compreende-se que a evasão escolar não pode ser analisada de forma isolada, desvinculada do contexto social, político e econômico no qual o aluno está inserido.

Historicamente, no Ensino Médio, o que tem prevalecido é a tentativa de superar um currículo marcado pela dualidade entre uma educação voltada para uma formação propedêutica (continuidade dos estudos) e uma educação voltada para o trabalho. Assim, para Fritsch, Vitelli e Rocha (2014, p. 133) “o Ensino Médio, como etapa final da Educação Básica, mantém-se como objeto de análise e discussão, e, especialmente, tem sido um desafio equacionar a dualidade entre o seu caráter profissionalizante e ou propedêutico.”

Nesse âmbito, a busca por uma educação voltada para uma formação básica plena do indivíduo, que vise não apenas a formação para o mercado de trabalho ou para ingressar no Ensino Superior, deve ser entendida como uma luta que se arrasta por décadas. De

acordo com Fritsch, Vitelli e Rocha (2014, p. 134) a universalização do Ensino Médio com qualidade pressupõe:

ações que visem a inclusão dos alunos no processo educacional com garantia de acesso a educação, permanência na escola e conclusão de estudos com bom desempenho; respeito e atendimento a diversidade socioeconômica cultural, de gênero, étnica, racial e de acessibilidade, promovendo igualdade de direitos; e o desenvolvimento da gestão democrática (FRITSCH; VITELLI; ROCHA, 2014, p. 134).

Por conseguinte, Dourado (2011, p. 7) pontua que “na história da educação brasileira, o Ensino Médio e a Educação Profissional vêm sendo marcados por políticas, programas e ações que traduzem a secundarização dessas etapas e modalidades da educação básica.” Sobre as políticas desenvolvidas nos últimos anos, o autor afirma:

Nos últimos anos, novas políticas foram direcionadas à educação básica, em todas as etapas e modalidades. Lembre-se a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em vigor desde janeiro de 2007, a aprovação da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que aprova a ampliação da obrigatoriedade, propondo a universalização na educação de 4 a 17 anos, até 2016. E, especialmente no Ensino Médio e educação profissional, a aprovação do Decreto nº 5.154, de 2004. Todo esse processo, apesar dos avanços legais, traduz a complexidade e a busca de organicidade das ações, programas e políticas, de modo a garantir a universalização do ensino obrigatório de 4 a 17 anos, até 2016. (DOURADO, 2011, p.7).

Logo, afirma-se que, embora tenham sido elaboradas políticas para o desenvolvimento do Ensino Médio, como o Decreto nº 5.154/2004, e a Emenda Constitucional nº 59/09 que propõe a universalização na educação de 4 a 17, os baixos índices de matrículas, como também os índices de evasão nessa etapa revelam a necessidade de políticas específicas que visem à democratização do acesso e a permanência dos alunos no Ensino Médio. São necessárias políticas que primem pela qualidade do ensino, visto que uma educação básica de qualidade para todos deve atender as finalidades propostas para o Ensino Médio, como prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96 no art. 35:

O Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Para que seja efetivada essa qualidade na Educação Básica, como prevê a LDB 9394/96, Fritsch, Vitelli e Rocha (2014) abordam a necessidade de se formular políticas públicas que sejam voltadas para o atendimento a essa etapa; assim concorda-se com os fatos apresentados pelos autores, pois os alunos do Ensino Médio encontram-se em condições de defasagem idade-série e compõem um universo bastante representativo, isso numa análise geral sobre a Educação Básica brasileira.

Os autores mencionados afirmam que:

Para além da universalização do acesso à educação, é preciso também a implantação de políticas voltadas a permitir a possibilidade de o estudante permanecer na escola, dando continuidade a seus estudos, até a conclusão de cada etapa do sistema educacional. Desde muito tempo, a literatura tem apontado que a repetência gera consequências muito negativas, não somente para o indivíduo, mas para o sistema educacional como um todo (FRITSCH; VITELLI; ROCHA, 2014, p. 147).

À vista disso, para Fritsch, Vitelli e Rocha (2014, p. 147), a situação de repetência, defasagem idade-série dentre outras situações vivenciadas pelos alunos do Ensino Médio noturno estimulam a evasão “impedindo o fluxo do aluno no sistema educativo”.

Critérios de seleção dos sujeitos envolvidos no estudo

Para a realização das entrevistas com os ex-alunos, recorreu-se a cada uma das 5 escolas selecionadas para a pesquisa, isso no intuito de fazer a listagem e contagem da quantidade de alunos evadidos entre os anos de 2010 a 2013. Isso foi feito para identificá-los e para registrar os respectivos contatos que, nesse caso, foram os endereços dos alunos. Foi possível identificar e fazer a contagem desses alunos pelo fato de essas informações constarem nos documentos do SIMADE (Sistema Mineiro de Administração Escolar). Para a identificação dos alunos evadidos, foram localizados os nomes dos alunos na documentação que continha como exemplo o seguinte registro: aluno encerrado em 01/05/2012 – Motivo do Encerramento: deixou de frequentar; e, do aluno que no Livro de matrícula, constava registrado como: abandonou o curso.

A partir desses documentos e de posse dos endereços entrou-se em contato, pessoalmente, com esses alunos, que foram procurados em suas residências. No contato com esses alunos evadidos, fez-se a exposição do objetivo da pesquisa, no caso de aceitação em participar do estudo, foram agendados o local e o horário para a realização da entrevista. No momento da realização da entrevista, foi explicado e passado para o entrevistado o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) para ser assinado, como também para o responsável legal no caso de menor de idade, para que não ficassem dúvidas com relação à idoneidade e à seriedade da pesquisa, como também para assegurar, aos entrevistados, o sigilo com relação ao seu anonimato.

Para a realização das entrevistas, foram listados 189 ex-alunos das cinco escolas, sendo 43 da escola A, 51 da escola B, 46 da escola C, 35 da escola D e 14 da escola E. Desses, foram procurados 95 ex-alunos. Nessa busca ocorreu o fato de se encontrar o local de moradia e os alunos não se encontrarem no momento da visita, ocorreu também o fato de os alunos não morarem mais no endereço, e, mesmo o aluno oferecendo-se para participar, não se conseguiu agendar um horário para a realização da entrevista. Dos 20 que concordaram em participar da pesquisa, alguns haviam mudado de endereço, mas todos ainda residiam em Montes Claros.

O critério de escolha dos alunos foi realizado aleatoriamente, porém seguindo parâmetros, como: ter deixado de frequentar a escola no período referente ao recorte do estudo que corresponde aos anos entre 2010 e 2013; ter o endereço registrado nos arquivos da escola ou no banco de dados do SIMADE. Nesse viés, obrigatoriamente, foi necessário outro critério, que foi o de residir no endereço informado, haja vista que muitos alunos do ano de 2010 já haviam se mudado dos endereços contidos nos dados da escola. Então, outro aluno foi, imediatamente, selecionado. Para esse momento de primeiro contato com os possíveis entrevistados em suas residências, elaborou-se uma lista com os alunos evadidos, por ano, e por turma de cada uma das 5 escolas participantes da pesquisa e se foi seguindo-a por eliminação, para a realização das visitas com esses alunos.

Além da entrevista semi-estruturada com os alunos evadidos, aplicou-se questionário aos professores das escolas selecionadas. Em relação aos professores foram aplicados 33 questionários ao todo, com professores das 5 escolas em que o Ensino Médio regular noturno ainda estava em funcionamento. O questionário foi elaborado com 9 questões fechadas, que permitiram a caracterização dos sujeitos, dentre outras questões, 15 questões abertas sobre a problemática da pesquisa e questões sobre a precarização do trabalho docente.

No momento da abordagem ao professor, explicou-se os objetivos da pesquisa, e ao concordar em participar, repassou-se o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) para que fosse assinado, explicou-se todos os itens para que ficasse clara a idoneidade da pesquisa e a seriedade em manter o anonimato do professor, reforçou-se que ele estaria livre para parar de participar da pesquisa a qualquer momento que desejasse.

Ao se abordar os professores, no intuito de que participassem da pesquisa e de que respondessem aos questionários, foram oferecidas algumas maneiras de respostas, de forma que eles ficassem livres para participar ou não. Portanto, o professor poderia escolher entre responder, juntamente com a pesquisadora, em um horário pré-determinado, como também em um horário vago no dia da aula. O professor poderia optar

por responder sozinho, e entregar depois, como também responder juntamente com a pesquisadora, de forma gravada em áudio ou não. Com esse questionário foi possível entender a visão dos professores sobre os motivos para a evasão dos alunos e a contribuição da precarização do trabalho docente nesse processo.

A escolha desses instrumentos justifica-se pelo fato de fornecerem informações que não foram possíveis encontrar em outras fontes, como as documentais. É interessante apontar que, pelo fato de se encontrar poucas pesquisas acerca da evasão de alunos no Ensino Médio regular, e, principalmente, no Ensino Médio regular noturno, a escolha desses sujeitos (evadidos e professores da etapa) favoreceu e ampliou a compreensão a respeito da problemática em estudo. Ouvir esses segmentos que estão inseridos, nessa etapa, possibilitou ferramentas para fortalecer a interpretação dos dados. Logo, permitiu uma maior sustentação e compreensão dos dados no momento do trabalho de análise.

Fatores atribuídos à evasão segundo o discurso de ex-alunos e professores

À vista disso, os fatores que contribuíram para a evasão, segundo o discurso dos ex-alunos foram discutidos, através de duas grandes categorias as quais abrangem questões macrosociais e microsociais: a primeira categoria relaciona-se às questões macrosociais que dizem respeito a fatores que contribuíram para a evasão dos alunos do Ensino Médio regular noturno, relacionados a questões externas à escola; trata-se, assim, das condições sociais e econômicas dos alunos. Esses fatores estão relacionados à necessidade de trabalhar, à gravidez precoce, ao desânimo para os estudos, desmotivação, dificuldade de locomoção, interferência negativa de pessoas envolvidas na criminalidade e o alistamento militar. E, por fim, programas de governo para o Ensino Médio que incentivem a permanência dos alunos na escola.

A segunda categoria refere-se às questões microsociais as quais contribuíram para a evasão dos alunos do Ensino Médio regular noturno, relacionados a questões internas à escola, como a organização curricular do Ensino Médio; metodologia de ensino adotada pelos professores; dificuldades enfrentadas na utilização dos recursos pedagógicos;

problemas referentes à estrutura física da escola e fatores que contribuíram para a evasão, relacionados à precarização do trabalho docente.

Nesse sentido, Volpi, Silva e Ribeiro (2014, p. 6) pontuam que, independentemente do lugar, ou seja, do Estado ou da região onde esses alunos moram, a relação desses jovens com a escola mantém o mesmo padrão, isto é, “os obstáculos também são semelhantes. Alguns deles estão relacionados com o contexto socioeconômico, como o trabalho precoce, a gravidez, a violência familiar e no entorno da escola”. Outras dificuldades estão relacionadas à organização do trabalho escolar, como por exemplo: os conteúdos distantes da realidade vivida por esses alunos, a gestão da escola, a desmotivação, a violência dentro e fora da escola, às condições precárias dos estabelecimentos de ensino e as precárias condições de trabalho dos professores; situações que são analisadas neste capítulo por intermédio das vozes dos alunos.

Dessa maneira, Dayrell (2011, p. 23) diz que a educação escolar da juventude brasileira tem sido alvo de debates os quais tendem “a cair numa visão apocalíptica sobre o fracasso da instituição escolar, com professores, alunos e suas famílias culpando-se mutuamente”. O autor explica sua afirmativa da seguinte forma:

Para a escola e seus profissionais, o problema situa-se na juventude, no seu pretense individualismo de caráter hedonista e irresponsável, dentre outros adjetivos, que estariam gerando um desinteresse pela educação escolar. Para os jovens, a escola se mostra distante dos seus interesses, reduzida a um cotidiano enfadonho, com professores que pouco acrescentam à sua formação, tornando-se cada vez mais em uma “obrigação” necessária, tendo em vista a necessidade dos diplomas. Parece que assistimos a uma crise da escola na sua relação com a juventude, com professores e jovens se perguntando a que ela se propõe. (DAYRELL, 2011, p. 23)

Nesse contexto, os motivos que contribuíram para a evasão, conforme o discurso dos professores, estão relacionados a questões internas e externas à escola; assim, mencionam-se aspectos de infraestrutura da escola, aspectos metodológicos para a realização do trabalho, o uso de recursos materiais e questões relacionadas à precarização do trabalho docente.

De acordo com Marchesi e Perez (2004, p. 23), não existe uma única explicação para o fracasso escolar; logo, deve-se considerá-lo a partir de uma perspectiva multidimensional “este, como a própria educação, é uma realidade difícil de apreender porque nela influem de forma interativa, múltiplas dimensões, cuja influência relativa, além disso, varia ao longo do tempo”. Os autores afirmam que condições sociais, familiares, o sistema educacional, a organização e funcionamento das instituições de ensino, a prática docente e a disposição do aluno para a aprendizagem, estão relacionados; desse modo, à evasão que faz parte da realidade do fracasso escolar, e esses fatores não podem ser analisados de forma isolada.

Conclusão

Enfim, diante das declarações de alunos evadidos e dos professores, constata-se que existem algumas similaridades e divergências nas falas dos entrevistados, a saber: em primeiro lugar, sobre os motivos externos à escola, tanto professores quanto alunos evadidos concordaram que a evasão está relacionada com aspectos socioeconômicos, pois os dois grupos apresentaram motivos relacionados à necessidade de trabalhar para ajudar no sustento próprio e da família e a dificuldade de conciliar estudos e trabalho; em segundo, aponta-se a gravidez precoce que está relacionada à maternidade e à paternidade precoce desses alunos aos quais, por motivos de dificuldades financeiras, como a de conciliar os gastos, os cuidados com o bebê, a falta de recurso para manter uma babá, veem como única “opção”, a evasão escolar.

O terceiro está ligado à violência, consumo e venda de drogas dentro e fora da escola, tal situação está ligada às amizades desses alunos com indivíduos de má índole, esses fatores acabam por contribuir para a evasão dos alunos nessa etapa, sendo fatores declarados pelos dois grupos de sujeitos entrevistados.

Com relação aos motivos internos à escola, apresentados em concordância pelos dois grupos, destaca-se o uso de recursos pedagógicos pelos professores, ambos (professores e alunos) concordaram que os professores utilizaram-se dos recursos, porém de forma

esporádica e que esses não possuem bom estado de conservação. Em alguns momentos, perde-se muito tempo na montagem, situação que prejudica o ensino/aprendizagem. Os dois grupos de sujeitos concordaram que o quadro e o giz são o recurso pedagógico mais utilizado nas aulas, alguns professores chegam a chamar esse recurso de “cuspe e giz”, isso devido à dificuldade de manuseio de outros recursos, assim como a forma de conservação desses.

Outro recurso que os dois grupos concordaram que faz parte da prática pedagógica dos professores é o livro didático o qual é utilizado pela maioria dos professores, tanto para atividades em sala de aula quanto em tarefas para casa.

Os professores e ex-alunos entrevistados concordaram sobre a questão da dificuldade da escola em fornecer um mínimo de impressões para os professores desenvolverem suas atividades e provas. Eles declararam que ambos precisam pagar pelas cópias, porque faltam recursos financeiros para as escolas manterem esse tipo de atividade; considera-se esse fator, apesar de os alunos e professores não terem deixado claro, que isso contribuiu para a evasão. Diante das dificuldades enfrentadas pelos alunos de baixa renda e pelos professores por causa dos baixos salários, infere-se que esse motivo contribuiu direta ou indiretamente para a evasão e que, permanecer na escola estudando, ter de assumir despesas com transporte, alimentação e impressões de atividades diárias, torna-se muito difícil para esses alunos.

Em alguns aspectos, aconteceu uma divergência nas respostas dos professores e alunos, a primeira é sobre a infraestrutura das escolas que, para os alunos é tida como boa, e, para os professores, é vista como precária; situação que, para os docentes, prejudica o bom desenvolvimento das aulas. Na segunda, os alunos disseram que essas condições não contribuíram para a sua evasão, diferentemente dos professores os quais declaram que essas condições contribuem para a evasão dos alunos no Ensino Médio regular noturno.

Há outro fator de discordância entre os dois grupos de entrevistados, trata-se da precarização do trabalho docente. Os alunos, ao serem questionados, declararam que a

precarização do trabalho na escola não contribuiu para sua evasão, no entanto para os professores a precarização do trabalho docente contribui, sim, de alguma forma para a evasão dos alunos, pois o quadro de precarização enfrentado pelos professores causa desmotivação para o trabalho e isso é percebido e transmitido para os alunos, estimulando, assim, a decisão de evadir da escola.

Mediante o exposto, algumas considerações são necessárias, uma delas se refere à subjetividade presente neste estudo, pois as declarações dos alunos e professores refletem suas impressões, anseios, frustrações sobre a escola, a educação de forma geral, e a evasão escolar. Assim, o presente estudo buscou colocar em evidência os fatores que contribuíram para a evasão e as impressões e subjetividade no discurso dos alunos e professores.

Referências

AZEVEDO, J. C.; REIS, J. T. - **Reestruturação do ensino médio: pressupostos teóricos e desafios da prática.** — 1ª. ed. — São Paulo: fundação Santillana, 2013.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 23 dez. 1996, p. 27.833.

_____. Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 26 jul. 2004, p. 18.

_____. Resolução nº 04 de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio/** Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf Acessado em 10/10/2015

_____. Lei 13.415/2017. - **Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em 25/02/2017.

_____. **Emenda Constitucional N° 59, de 11 de novembro de 2009** – Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em 12/12/2016.

DAYRELL, J. - **Outro olhar**. Revista de Debates. Ano X – nº 7 – Belo Horizonte. 2011.

DORE, R. - **Evasão e repetência na rede federal de educação profissional** - XXXVII RediTec - Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Maceió - Alagoas Setembro 2013. Disponível em: <http://www.reditec.ifal.edu.br/arquivos-1/apresentacoes/dia-04-09/Tema%2005%20-%20Evasao%20e%20Repetencia%20na%20Rede%20Federal%20de%20Educacao%20Profissional.pdf/>

DOURADO, L. F. - **Retratos da Escola/Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação** (Esforce) – V. 5, n. 8, jan./jun.2011 – Brasília: CNTE, 2011 – Semestral.

FRIGOTTO G., CIAVATTA M. - **Perspectivas sociais e políticas da formação de nível Médio: Avanços e entraves nas suas modalidades**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 32, n. 116, p. 619-638, jul.-set. 2011. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br> >. Acesso em: 15/04/2017.

FRITSCH, R., VITELLI, R. F., ROCHA, C. S. - **Para que jovens? Que políticas? – perfil de alunos ingressantes no ensino médio e políticas educacionais**. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014.

LOWY, M. - **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. 7ª edição – São Paulo, 1991.

MARCHESI, A.; PÉREZ, E. M. - **A compreensão do fracasso escolar** - Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural/ organizado por Álvaro Marchesi e Carlos Hernandez Gil: trad. Ernani Rosa. P. 17-33– Porto Alegre: Artmed, 2004.

PATTO, M. H. S. - **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

VOLPI, M., SILVA, M. S., RIBEIRO, J. - **10 desafios do ensino médio no Brasil: para garantir o direito de aprender de adolescentes de 15 a 17 anos**. 1. ed. – Brasília, DF: UNICEF, 2014.